

## OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

### Novos desafios sindicais

*Os sindicatos escolheram uma estratégia errada e se não querem aumentar o seu desgaste, como aconteceu noutros países, devem “reciclar-se”.*



**Silvério Cordeiro**

Podemos hoje afirmar que todas as orientações ou escolas do estudo das organizações, reconhecem a importância da dimensão dos Sindicatos (associações representativas dos trabalhadores), dado que assumem um papel relevante no contexto empresarial e na vida política.

As transformações socioeconómicas ocorridas, levaram a que ultimamente o Governo tenha vindo a ser pressionado por múltiplas greves e pela agressividade sindical.

Tudo indica que os sindicatos estão a aproveitar as boas notícias na frente económica, bem como o ciclo político, para aumentar as reivindicações salariais. Parece ser, sob o ponto de vista sindical, uma estratégia adequada para confrontar o governo, ansioso por uma maioria absoluta que lhe permita governar sem os constrangimentos dos parceiros parlamentares.

Porém, uma recente sondagem do Expresso demonstra que António Costa, não perderá eleitorado

neste braço de ferro com os sindicatos. Concretamente, e no que especificamente respeita aos professores, 42.5% dos inquiridos concorda com a proposta do governo; 25% é de opinião que não se deve dar nada; e só 16.9% concorda com as reivindicações dos professores. Isto é, Mário Nogueira e os restantes sindicatos dos professores, estão a perder de forma progressiva, a batalha da opinião pública.

Aliás, se examinarmos outras greves, como as da área da saúde, transportes e justiça, verifica-se que estas, só têm o apoio de 22.3% dos inquiridos, o mesmo é dizer da população.

Mais relevante ainda é a contestação inorgânica dos coletes amarelos, que conta com a oposição de 75.6% dos portugueses; todavia, e salvo melhor opinião, neste caso estamos a falar de um fenómeno diferente, assumidamente antipartidário e cujas reivindicações não coincidem com as dos sindicatos. Trata-se de um fenómeno moderno de democracia direta, tornada possível pelas redes sociais.

Atenhamo-nos apenas ao caso dos sindicatos, e vejamos qual o con-

fronto das subjetividades, isto é, afinal o que podemos concluir?

A primeira constatação é a de que os sindicatos escolheram uma estratégia errada e se não querem aumentar o seu desgaste, como aconteceu noutros países, devem “reciclar-se”.

Por outro lado, a estratégia do governo parece resultar. Apesar disso, o PS vê afastar-se a maioria absoluta e a oposição desce nas intenções de voto.

Como explicar este fenómeno político? Os clássicos da Teoria do Processo Político (cf. *Cobb e Elder, 1983*) defendem que quando um governo se vê confrontado com factos políticos reivindicativos que ocupam a agenda, ou ataca, denegando o conteúdo das reivindicações e dos seus líderes, ou aceita, negociando. Uma terceira estratégia, que me parece ser a seguida, consiste na cooptação dos símbolos, isto é, em dar razão, mas mostrar-se impossibilitado de o concretizar, ou ainda adiar o processo de decisão.

Na perspetiva deste modelo, parece que a estratégia seguida tem vindo a desarmar as reivindicações dos sindicatos (não cabendo aqui, falar sobre a legitimidade

da greve do setor público e dos serviços públicos), pese embora, quando se trata de uma greve dos serviços públicos quem sai prejudicado são os utentes dos serviços que vêem as consultas adiadas, os transportes suspensos e as aulas canceladas.

O Estado, dono dos serviços, não tem prejuízos, podendo ter apenas prejuízos políticos. Mas, se os governantes souberem gerir, como em geral têm sabido, os utentes voltam-se contra os grevistas e não contra o Estado.